

Lara Irene Leite da Costa

Invisibilidade Social e Refugiados: Uma revisão da literatura

Uberlândia

2019

Lara Irene Leite da Costa

Invisibilidade Social e Refugiados: Uma revisão da literatura

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Neftali Beatriz Centurion

Uberlândia

2019

Lara Irene Leite da Costa

Invisibilidade Social e Refugiados: Uma revisão da literatura

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Neftali Beatriz Centurion

Banca Examinadora

Uberlândia, 31 de julho de 2019

Profa. Ma. Neftali Beatriz Centurion

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Marciana Gonçalves Farinha

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Tatiana Benevides Magalhães Braga

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA

2019

RESUMO

A invisibilidade social seria um modo de aparição ínfima de uma pessoa no espaço público e apesar de sua aparição ínfima, é como se o sujeito inexistisse. Há também a perspectiva de que o ato de não-ver outrem possui uma significação social fazendo com que haja uma espécie de acordo intersubjetivo para que determinado grupo seja “não-visto” seguindo um critério social, estigma ou preconceito. Dadas as definições de invisibilidade social, no presente trabalho discutiremos o fenômeno tendo em vista a experiência dos refugiados. Refugiados são aqueles que saem de seus países de origem motivados por perseguições relacionadas à religião, raça, nacionalidade, grupo social ou posicionamento político. O trabalho tem o objetivo de estabelecer, através de uma revisão integrativa da literatura, um panorama da produção científica sobre a invisibilidade social vivenciada pelos refugiados. Foram feitas buscas nas plataformas SciELO, LILACS e PePSIC visando encontrar produção científica sobre invisibilidade social e refugiados. As referências encontradas foram submetidas a sete critérios de avaliação, a saber: fonte, amostra, abordagem metodológica, delineamento de pesquisa, instrumentos, objetivos e principais achados. Após a avaliação das referências, nota-se que as referências têm como características o fato de serem qualitativas, e, em sua maioria, pesquisas documentais e bibliográficas. Além disso, são poucos os trabalhos da Psicologia sobre o tema. Há, também, escassez no que se refere à quantidade de trabalhos escritos sobre a invisibilidade social dos refugiados. Os resultados nos fazem pensar na necessidade de desenvolvimento de pesquisas sobre o tema na psicologia e em território brasileiro.

Palavras-chave: Invisibilidade Social. Refugiados. Revisão Integrativa.

ABSTRACT

Social invisibility is a minimal way for a person to appear in the public space, and despite his small appearance, it is as if the subject did not exist. There is also the perspective that the act of not seeing another has a social significance, making it a kind of intersubjective agreement for a particular group to be "unseen" following a social criterion, stigma or prejudice. In this paper we will discuss the social invisibility of refugees. Refugees are those who leave their countries of origin motivated by persecutions related to religion, race, nationality, social group or political position. This work's objective is to establish, through an integrative review of the literature, a panorama of the scientific production about the social invisibility experienced by the refugees. SciELO, LILACS and PePSIC platforms were used in an attempt to find scientific production on social invisibility and refugees. The references were submitted to seven evaluation criteria, namely: source, sample, methodological approach, research design, instruments, objectives and main findings. It was noticed that the references are qualitative, being in the majority documentary and bibliographical researches. Moreover, there are few works of psychology on the subject. There is also a shortage in the amount of written work on the social invisibility of refugees. The results make us think about the need to develop more researches about social invisibility experienced by refugees in Psychology and in Brazilian territory.

Keywords: Social Invisibility. Refugees. Integrative Review.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO	8
MÉTODO	14
DESENHO METODOLÓGICO.....	14
ESTRATÉGIAS DE LOCALIZAÇÃO DAS REFERÊNCIAS.....	15
ESTRATÉGIA DE SELEÇÃO DAS REFERÊNCIAS	15
ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DAS REFERÊNCIAS	16
RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	27

APRESENTAÇÃO

A invisibilidade social se apresentou como uma possibilidade de olhar para o mundo e para os sujeitos no meu primeiro ano da graduação de Psicologia. Em um trabalho que deveríamos fazer para a disciplina de Antropologia, optamos por entrevistar as pessoas que trabalhavam na empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza para a Universidade Federal de Uberlândia. Através desse trabalho, meu olhar mudou e se adaptou para perceber aqueles que antes dificilmente seriam objeto de admiração para os meus olhos.

Para a realização do trabalho, a professora nos indicou a tese de doutorado de Fernando Braga da Costa sobre invisibilidade pública, o meu primeiro contato com as questões sobre invisibilidade e, como é de se imaginar, não foi o último. A invisibilidade de minorias passou a ser visível para mim. Pensava em como eu, futura psicóloga, poderia utilizar desse olhar no exercício da profissão, afim de contribuir na luta para uma sociedade menos injusta e com mais espaços de visibilidade para todos.

Os refugiados têm sido alvo de muitas notícias e manchetes, porém as ações visando melhorar a qualidade de vida daqueles que tiveram de deixar tudo para trás e reconstruir a vida em um novo país, são escassas. E quando existem, possuem um cunho essencialmente assistencialista. Crianças, idosos, mães, pais, médicos, professores, pesquisadores, sujeitos: todos eles deixam, além de seus bens e títulos para trás, também abandonam suas identidades, como se toda uma vida fosse apagada e, com isso, o sujeito não existisse mais.

Movida pela admiração pelo tema e pelos recentes acontecimentos no mundo envolvendo os refugiados, surgiu a motivação para realizar essa pesquisa, numa tentativa de contribuir para que essas pessoas possam ser vistas e terem sua dignidade assegurada.

INTRODUÇÃO

A invisibilidade é um conceito invisível, por mais paradoxal que possa parecer. Alguns autores em seus artigos se propõem a tratar do tema invisibilidade, mas poucos se dedicam em descrever o que seria de fato a invisibilidade (Kemper, 2013; Honneth, 2004). De acordo com o dicionário Michaelis (2019), invisibilidade seria “a qualidade de invisível”. Já acerca da palavra invisível, o dicionário define como o “que não pode ser apreciado pelo sentido da visão; aquilo que não se vê” (Michaelis, 2019).

Para além do dicionário, há autores que buscam elucidar o conceito de invisibilidade cientificamente. Kemper (2013) compara a invisibilidade com a exclusão social, dando equivalência aos dois termos: “O excluído é invisível, está no âmbito do que não é inscrito ou representável” (Kemper, p. 108, 2013). Para a autora, que utiliza a psicanálise para sustentar o seu raciocínio, a invisibilidade funciona como uma espécie de mecanismo de defesa que age sobre os demais cidadãos em relação ao sujeito invisibilizado. A exclusão apenas teria fim no momento em que o sujeito utilizasse de qualquer ato que perturbe a ordem social, fazendo com que se torne visível pelos atos que incomodam determinada classe social. Saindo do conceito amplo de invisibilidade e adentrando o campo da invisibilidade social, conceito que nos interessa nesse trabalho, retomaremos o que tem sido produzido e como tem-se conceituado a invisibilidade social na literatura.

Honneth (2004) faz distinção entre a invisibilidade literal e a invisibilidade metafórica. Segundo ele, a invisibilidade literal seria de ordem cognitiva relativa à uma falha na percepção, na visão do ser humano. Assim sendo, algo ou alguém seria invisível para outra pessoa devido a falhas na percepção. Quando o sujeito é perfeitamente visto e facilmente identificado no campo visual, mas ainda assim se torna invisível, seria a invisibilidade metafórica. Nessa última modalidade há fatores sociais envolvidos, como o grupo social ou etnia a que o sujeito invisível pertence. Comenta o autor:

Seja “o conhecimento”, a “empregada doméstica” ou a pessoa negra humilhada, todos eles representam objetos distintos e facilmente identificáveis no campo visual do assunto em questão; consequentemente, a “invisibilidade” aqui não pode se referir a um fato cognitivo, mas deve significar uma situação social particular. (p.138, tradução nossa).

Um conceito bastante citado nos trabalhos sobre invisibilidade social é a invisibilidade pública, derivada de outro conceito, a humilhação social. Para entender como surge a invisibilidade pública, remontaremos ao conceito que lhe deu origem. O conceito de humilhação pública surge com Gonçalves Filho (1998), professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

Sustentado na Psicanálise e no Marxismo para elaborar o conceito, afirma que a humilhação social teria duas origens: uma origem econômica e uma origem inconsciente, pois trata-se de um fenômeno que é ao mesmo tempo político e psicológico. Caracteriza a humilhação social como um fenômeno de ordem histórica e social, visto que um grupo socialmente humilhado o é desde seus ancestrais e essa humilhação é produto de uma exclusão de uma classe social menos privilegiada, exclusão esta feita pelas classes dominantes. Entretanto, apesar do aspecto social, a humilhação é sentida dentro do sujeito, como uma angústia (Gonçalves Filho, 1998).

Partindo do conceito de humilhação social, Fernando Braga da Costa elabora o conceito de invisibilidade pública. Em seu livro intitulado “Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social” (2004), Fernando Braga da Costa nos introduz à invisibilidade pública através dos relatos de seus dias de trabalho com os garis da USP. Em seu trabalho, conceitua a invisibilidade pública como uma “espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens” (Costa, 2004, p. 57).

A invisibilidade social pode ser compreendida como o resultado das relações dos sujeitos nas sociedades neoliberais contemporâneas, que são excessivamente consumistas, onde

seu status é dado de acordo com aquilo que você possui. Assim sendo, os sujeitos que pertencem às classes sociais desprivilegiadas são invisibilizados, pois, se somos o que consumimos, quem não consome não é visto, não existe (Porto, 2007, citado por Celeguim & Roesler, 2009).

Para o autor Jean-Claude Bourdin (2010), a invisibilidade social trata-se de um fenômeno que se caracteriza enquanto violência para com o sujeito ou classe que são submetidas a essa espécie de apagamento social. Segundo ele, a invisibilidade social é, de uma forma paradoxal, um modo de aparição ínfima de uma pessoa no espaço público, mas, apesar de sua aparição – ainda que ínfima – ela inexistente.

Tomás (2008) parte da fenomenologia para explicar a invisibilidade social e, segundo a autora, a invisibilidade social é dada intersubjetivamente, no coletivo. O ato de não-ver outrem possui uma significação social, comum a todos, fazendo com que haja uma espécie de acordo intersubjetivo para que determinado grupo seja “não-visto” seguindo um critério social, estigma ou preconceito. Para entender a invisibilidade social, portanto, a autora diz ser necessário compreender a cultura, os conhecimentos e as convicções de quem ocupa o lugar daquele que não vê. A autora também defende a ideia de que a invisibilidade social pode, por vezes, ser desejada pelo sujeito como uma forma de fugir da vigilância excessiva. Essa perspectiva que foge da comumente tratada, onde a invisibilidade social é uma situação dolorosa e caminha para um modo de compreensão onde ela se torna positiva (Tomás, 2009).

Esse modo de pensar se assemelha com a visão de invisibilidade proposta por Schwartz (1968), onde ele propõe que a vida pública exige momentos de retirada, onde o indivíduo escolhe a invisibilidade social para ter sua privacidade preservada. É o caso das reservas de cabines particulares em um meio de transporte ou a compra de uma casa em um local mais afastado da cidade. Entretanto, essa modalidade de invisibilidade social escolhida que o autor comunica é um privilégio das classes que possuem recursos financeiros para tal.

Na literatura, pode-se encontrar trabalhos que tratem os conceitos de invisibilidade social e vulnerabilidade como sendo próximos, como é o caso de Ferreira (2008) e Nardone e Correa-Velez (2015). Os autores em seus respectivos trabalhos tratam da invisibilidade social e da vulnerabilidade como sendo fenômenos distintos, porém que frequentemente acontecem em conjunto. Ferreira (2008), por exemplo, atribui a vulnerabilidade das pessoas com deficiência em sofrer violência sexual à invisibilidade social que sofrem, como se uma coisa contribuísse ou levasse à outra. Já Nardone e Correa-Velez (2015) em sua pesquisa com menores que buscam asilo na Austrália desacompanhados dos pais, notaram que a situação de vulnerabilidade em que se encontravam faziam com que precisavam se manter invisíveis para se manterem longe dos perigos que os cercavam. Novamente, vulnerabilidade e invisibilidade social caminham juntas.

Na França, o Observatório Nacional da Pobreza e Exclusão Social (Observatoire National de la Pauvreté et de l'Exclusion Sociale – ONPES), supervisiona estudos e envia relatórios ao governo da França a respeito da evolução da pobreza no país. Em seu relatório de 2016 intitulado “L’Invisibilité Sociale: une responsabilité collective” estabeleceu a seguinte definição de invisibilidade social:

O ONPES define como invisibilidade social um conjunto de processos, envolvendo múltiplos atores, em que a negação do reconhecimento de pessoas em vários níveis de sua existência social pode afetar a profundidade, duração e evolução das situações de pobreza e exclusão. (p. 39, tradução nossa).

Soares, Bill e Athayde (2005) no livro “Cabeça de Porco” propõem duas formas de invisibilidade: uma causada pelo estigma e preconceito e outra pela indiferença. Na invisibilidade causada pelo preconceito, o sujeito tem suas características e individualidade apagadas, dando lugar aos estigmas e projeções que, segundo os autores, dizem mais sobre o sujeito que projeta os estigmas do que do próprio sujeito invisibilizado. Passa-se, então, a ver não o sujeito, mas o estigma personificado. Essa é uma das maneiras de invisibilização do outro.

Outra modalidade de invisibilidade advém da indiferença, que exemplificam com o caso das pessoas em situação de rua que são invisibilizadas diariamente. Outras pessoas transitam pelas ruas, mas ignoram completamente a figura desses seres marginalizados socialmente e, consequentemente, invisibilizados. Soares, Bill e Athayde (2005) comentam:

Os autores ainda tentam trazer experiências que façam o leitor se aproximar do sentimento de invisibilidade, de sentir-se fora, não pertencente. O modo mais rápido e drástico de descrever a situação do estrangeiro é esta: ele não sabe falar a língua nativa; ele não consegue comunicar-se com as outras pessoas; ele e ela não entendem o que os outros dizem. A vida coletiva se embaralha numa babel de sons indecifráveis e uma parte das engrenagens que nos fazem funcionar entra em colapso. (p. 166)

A experiência do estrangeiro evocada pelos autores faz refletir sobre a experiência de invisibilidade dos refugiados: são sujeitos, quase sempre, que não dominam o idioma nativo, não conseguem se comunicar com outras pessoas e se sentem não pertencentes e invisíveis. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a ACNUR (2018), os refugiados são aqueles que:

(...) estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados à sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Também são consideradas refugiadas aquelas pessoas que foram obrigadas a deixar seus países devido a conflitos armados, violência generalizada e graves violações dos direitos humanos. (p. 2).

Portanto, diferente do migrante, o refugiado sai de seu país de origem forçosamente, seja por motivos políticos, conflitos, ameaças ou até mesmo por desastres naturais. A migração possui, por sua vez, conotação de deslocamento dos sujeitos voluntariamente, sem nenhuma circunstância que os obrigue a tal (ACNUR, 2016). Na literatura, o refúgio também pode ser referido por termos como migração involuntária (Borges, 2013) ou, ainda, migração forçada (Gomarasca, 2017). Esses termos são utilizados como equivalentes e, por vezes, substituto da palavra refúgio.

Existem classificações na literatura que especificam tipos de refugiados, como os refugiados ambientais, por exemplo. Os refugiados ambientais são aqueles que deixam seu país de origem devido à algum evento ambiental que podem ter diversas causas, como por exemplo, causas naturais, devido à ação humana no meio ambiente ou causa mista – uma mistura das causas naturais e humanas. Os eventos ambientais podem, ainda, serem de início rápido ou lento (Claro, 2015). Segundo Claro (2015), “quanto maior a quantidade de pessoas em um dado lugar e quanto maior o grau de vulnerabilidade dessas pessoas, tão maior será o número de vítimas desses eventos ambientais e também o de ‘refugiados ambientais’ por eles produzido” (p. 64).

Há na literatura outra classificação para os refugiados: os refugiados econômicos. De acordo com Maharaj (2001), os refugiados econômicos são aqueles que saem do seu país de origem tentando escapar da miséria e pobreza. Situações como pobreza, desemprego, falta de oportunidades no país de origem são fatores que impulsionam a busca por melhores condições em outros países (Sassen, 1996).

Outra classificação possível para designar os refugiados de acordo com a motivação para o seu deslocamento é o refugiado político. O refugiado político é aquele que sai do país de origem devido a embates políticos que o obrigou a se deslocar devido a alguma ligação com facções, o que acarreta em perseguição e ameaças que fazem com que o sujeito tenha que sair do país para proteger sua vida (Casella, 1984).

As definições apresentadas são criadas e reproduzidas principalmente por aqueles que não são reconhecidos como refugiados. Um sujeito considerado pelos órgãos públicos como refugiado, se denomina enquanto tal? Hannah Arendt (2013) em seu texto “Nós, os refugiados”, escrito originalmente em 1943, dialoga sobre o termo a partir de outra perspectiva: a do imigrante que não se reconhece no termo que lhe é imposto. Diz a autora:

Em primeiro lugar, não gostamos de ser chamados “refugiados”. Chamamo-nos uns aos outros “recém-chegados” ou “imigrantes”. Os

nossos jornais são jornais para “americanos de língua alemã”; e, tanto quanto sei, não há e nunca houve qualquer clube fundado pelos perseguidos por Hitler cujo nome indicasse que os seus membros são refugiados. (p. 7).

Aquele que é considerado refugiado passa por uma experiência de invisibilidade, de apagamento, a começar pelo rótulo que recebe e que faz com que toda a sua história antes da imigração e sua subjetividade sejam apagadas, fazendo com que seja apenas reconhecido pelo termo em questão. O resto se torna invisível.

Neste trabalho, através de uma revisão de literatura, buscou-se mapear a produção científica acerca do tema. Em outras palavras, o trabalho tem por objetivo estabelecer um panorama da produção científica sobre a invisibilidade social vivenciada pelos refugiados.

MÉTODO

DESENHO METODOLÓGICO

Utilizou-se como método a revisão de literatura integrativa. Uma revisão pode ser compreendida como uma pesquisa que busca por resultados de outras pesquisas de outros autores sobre determinado tema, podendo realizar as buscas em fontes de dados eletrônicas ou não (Ercole, Melo & Alcoforado, 2014). A revisão integrativa, portanto, é uma modalidade de revisão de literatura que busca sintetizar, de maneira sistemática, ordenada e abrangente, resultados sobre um tema obtidos em outras pesquisas (Ercole et al., 2014). O método é considerado abrangente pelo fato de permitir a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais, o que permite uma melhor compreensão do fenômeno a ser estudado (Souza, Silva & Carvalho, 2010). A utilização da revisão integrativa também permite a discussão acerca de métodos e resultados das pesquisas, bem como possibilidades para estudos futuros sobre o tema pesquisado (Mendes, Silveira & Galvão, 2008).

ESTRATÉGIAS DE LOCALIZAÇÃO DAS REFERÊNCIAS

A localização das referências se deu nas plataformas SciELO Brasil, LILACS e PePSIC. As consultas às plataformas utilizaram o cruzamento dos seguintes descritores: “invisibilidade”, “invisibilidade social”, “invisibilidade pública”, “humilhação”, “humilhação social”, “discriminação”, “discriminação social”, “vulnerabilidade”, “vulnerabilidade social” e “refugiados”. Os descritores foram utilizados para conseguirmos verificar quais as publicações existem sobre o tema na área e quanto se tem publicado sobre o tema.

O descritor “invisibilidade” foi utilizado com o intuito de abarcar mais trabalhos com a temática da invisibilidade que por ventura não utilizassem o conceito de invisibilidade social, mas falassem sobre ele. Já o descritor “humilhação social”, que deu origem ao conceito de “invisibilidade pública”, também utilizado nas buscas, foi escolhido por se tratar de um termo que, por dar origem a um dos conceitos de invisibilidade existente, poderia acrescentar mais referências nas buscas feitas.

Os termos “vulnerabilidade” e “discriminação” foram utilizados nas plataformas pois foi observado que alguns dos trabalhos encontrados a partir das buscas utilizavam os termos como palavras-chave. Vulnerabilidade, como explanado na introdução do trabalho, geralmente é utilizada na literatura em trabalhos sobre invisibilidade social. “Vulnerabilidade social” e “discriminação social” foram incluídos por se tratarem de conceitos próximos aos de vulnerabilidade e discriminação, podendo ampliar os resultados das buscas.

ESTRATÉGIA DE SELEÇÃO DAS REFERÊNCIAS

As referências encontradas a partir das buscas foram examinadas afim de eliminar duplicidades, realizando inicialmente uma leitura dos resumos e os relacionados a temática desta revisão foram lidos na íntegra e posteriormente analisados. Nas bases de dados (1) não houve critério de inclusão quanto a datas de publicação ou idiomas, porém os descritores utilizados estivessem somente em português, (2) foram selecionados apenas publicação no

formato de artigo científico e (3) as temáticas abordadas deveriam ser relativas à invisibilidade social, vulnerabilidade, discriminação e refugiados.

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DAS REFERÊNCIAS

Os resultados obtidos foram organizados e analisados em sete dimensões: (1) fonte; (2) amostra; (3) abordagem metodológica; (4) delineamento de pesquisa; (5) instrumentos; (6) objetivos e (7) principais achados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizamos buscas isoladas com os termos *invisibilidade*, *invisibilidade social* e *refugiados* separadamente para que fosse possível verificar se a carência de estudos também se fazia presente nestes descritores como um todo. Na SciELO, encontramos 117 referências ao buscar pelo descritor *invisibilidade*, 77 referências com *invisibilidade social* e 141 com *refugiados*. Na plataforma LILACS foram encontradas 117 referências com *invisibilidade*, 61 com *invisibilidade social* e 70 com *refugiados*. A plataforma PePSIC, por sua vez, possibilitou a localização de 19 referências através da utilização do descritor *invisibilidade*, 1 com *invisibilidade social*, 1 com *refugiados*.

Já com os descritores citados anteriormente na sessão “método”, foram encontradas 20 referências nas plataformas. Após serem submetidas a leitura para verificar quais fariam parte ou não do *corpus* de análise, restaram 10 referências para serem analisadas no trabalho. Foram encontradas 8 referências na SciELO, 1 na LILACS e 1 na PePSIC, totalizando as 10 referências que fazem parte do *corpus* de análise. São elas: Amon e Todrys (2009), Empinotti (2017), Corrêa, Nepomuceno, Mattos e Miranda (2015), Santinho (2013), Ahlert e Almeida (2016), Martins-Borges, Jibrin e Barros (2015), Santos, Roque e Santos (2018), Everingham (2002), Martins-Borges (2013), e Tonus (2018).

Na Plataforma SciELO foram encontradas duas referências utilizando o cruzamento dos descritores *invisibilidade* e *refugiados*, 2 referências utilizando *invisibilidade social* e *refugiados*, 3 referências com os descritores *vulnerabilidade* e *refugiados*, 2 referências com *vulnerabilidade social* e *refugiados*, 4 com *discriminação* e *refugiados* e 2 com *discriminação social* e *refugiados*. Os dados podem ser melhor observados na Tabela 1.

Tabela 1 - *Quantidade de referências obtidas na plataforma SciELO*

Palavra-chave	Total de Referências
Invisibilidade + Refugiados	2
Invisibilidade Social + Refugiados	2
Invisibilidade Pública + Refugiados	0
Humilhação + Refugiados	0
Humilhação Social + Refugiados	0
Vulnerabilidade + Refugiados	3
Vulnerabilidade Social + Refugiados	2
Discriminação + Refugiados	4
Discriminação Social + Refugiados	2

Nas buscas realizadas na plataforma LILACS, foi encontrada 1 referência utilizando os descritores *vulnerabilidade* e *refugiados* e 1 referência utilizando *discriminação* e *refugiados*. Não houve nenhuma referência no cruzarmos os descritores *invisibilidade social* e *refugiados*, bem como não houveram outras referências utilizando os outros descritores. As informações podem ser melhor observadas na Tabela 2.

Tabela 2 - *Quantidade de referências obtidas na plataforma LILACS*

Palavra-chave	Total de Referências
Invisibilidade + Refugiados	0
Invisibilidade Social + Refugiados	0
Invisibilidade Pública + Refugiados	0
Humilhação + Refugiados	0

Humilhação Social + Refugiados	0
Vulnerabilidade + Refugiados	1
Vulnerabilidade Social + Refugiados	0
Discriminação + Refugiados	1
Discriminação Social + Refugiados	0

Acerca das buscas de referências na plataforma PePSIC, foi localizada apenas 1 referência ao cruzarmos os descritores *vulnerabilidade* e *refugiados*. Nenhuma referência foi encontrada a partir do cruzamento dos demais descritores como se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3 - *Quantidade de referências obtidas na plataforma PePSIC*

Palavra-chave	Total de Referências
Invisibilidade + Refugiados	0
Invisibilidade Social + Refugiados	0
Invisibilidade Pública + Refugiados	0
Humilhação + Refugiados	0
Humilhação Social + Refugiados	0
Vulnerabilidade + Refugiados	1
Vulnerabilidade Social + Refugiados	0
Discriminação + Refugiados	0
Discriminação Social + Refugiados	0

Em relação à avaliação os artigos obtidos, a análise da primeira dimensão, a fonte, mostra que os artigos foram publicados em 8 periódicos científicos diferentes, sendo eles das ciências humanas, ciências sociais, Psicologia e periódicos interdisciplinares. São eles: Barbarói, Letras de Hoje, Etnográfica, Média&Jornalismo, Revista Internacional dos Direitos Humanos, Revista Contexto Internacional, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana e Revista Contextos Clínicos. A Revista Contexto Internacional, periódico de Relações

Internacionais comporta duas das referências do corpus, sendo elas Everingham (2002) e Santos et al. (2018). A Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana também publicou dois dos trabalhos a serem analisados: Corrêa et al. (2015) e Martins-Borges (2013). Os demais periódicos publicaram somente um dos trabalhos aqui analisados. Dos periódicos, um deles é especificamente da área da Psicologia, a Revista Contextos Clínicos. Há também a revista Barbarói, que é do departamento de Ciências Humanas e Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. A Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana que, apesar de não ser uma revista exclusivamente da Psicologia, publicou o estudo de Martins-Borges (2013), que fala sobre a saúde mental dos refugiados. O número restrito de artigos encontrados em periódicos de Psicologia pode denotar a importância de que novos estudos a partir de uma perspectiva psicológica visando difundir e estimular a discussão e pesquisa sobre a saúde mental dos refugiados, bem como a invisibilidade social vivenciada por eles, de uma perspectiva psicológica.

No que se refere à amostra, a segunda dimensão de análise, temos que Santinho (2013) utiliza em sua publicação dados encontrados a partir de pesquisa anterior feita pela própria autora (Santinho, 2011), onde conta com uma amostra de migrantes e requerentes de asilo em Portugal. Martins-Borges (2013) utiliza em seu estudo uma amostra de pessoas oriundas de mais de 40 nacionalidades e Martins-Borges et al. (2015) têm como amostra estudantes estrangeiros de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. O estudo de Empinotti (2017) utiliza como amostra fotografias sobre refugiados publicadas em jornal português on-line. Seguindo por um caminho parecido, o estudo de Santos et al. (2018) conta com notícias de jornais britânicos. A escolha da amostra está diretamente ligada à escolha do delineamento de pesquisa, que será exposto mais adiante. Recorrem-se frequentemente a documentos, obras literárias e, em poucos casos, sujeitos refugiados. Ao mesmo tempo que há uma tentativa de aproximação com o objeto de estudo, as amostras escolhidas demonstram o

contrário, um certo distanciamento. Escolher outras amostras para além de documentos e da própria literatura, como fizeram Martins-Borges (2013) e Martins-Borges et al. (2015), através do atendimento psicológico com sujeitos refugiados, poderia fornecer à comunidade científica dados mais próximos da população refugiada. Fotografias, obras literárias, matérias publicadas em jornal podem ser amostras que tragam material relevante, entretanto, maior aproximação com a população alvo das pesquisas poderia nos dar maior dimensão do fenômeno da invisibilidade social vivenciada por eles.

Ao analisarmos as referências de acordo com a abordagem metodológica, quarta dimensão de análise, nota-se que todas as referências selecionadas são qualitativas. Günther (2006) ao expor algumas características da pesquisa qualitativa, relata que a pesquisa com essa abordagem metodológica busca estudar relações complexas ao invés de utilizar de variáveis isoladas para explicar essas relações, além de analisarem a realidade, baseiam-se em textos e produzem teorias a partir do que foi percebido pelo pesquisador em sua pesquisa. As características expostas são percebidas nas referências obtidas, visto que são trabalhos que buscam entender a vivência de sujeitos que requerem asilo em Portugal (Santinho, 2013), ou os estudos de Martins-Borges (2013) e Martin-Borges et al. (2015) que se aproximam de seus sujeitos através de grupos terapêuticos, tendo maior contato com a realidade e relações complexas desses sujeitos com suas queixas e a adaptação em um novo território. Nesses estudos de abordagem qualitativa prioriza-se, portanto, a relação e a realidade do sujeito ao invés de utilizarem-se de variáveis isoladas (Günther, 2006).

Acerca do delineamento de pesquisa, a quarta dimensão de análise, tem-se que Santinho (2013) e Tonus (2018) utilizaram da pesquisa bibliográfica em seus trabalhos. Segundo Lima e Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica é recorrente em pesquisas exploratórias ou descritivas em casos onde não se sabe muito sobre o objeto a ser estudado, utilizando, portanto, as fontes bibliográficas para se aproximar do objeto. Ahlert e Almeida (2016), Amon e Todrys (2009),

Everingham (2002), Santos et al. (2018) fizeram uso da pesquisa documental que utiliza para a obtenção de dados documentos como jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, memorandos, relatórios, estatísticas e elementos iconográficos (Godoy, 1995). Corrêa et al. (2015), Martins-Borges (2013) e Martins-Borges et al. (2015), por sua vez, adotam o estudo de caso para a obtenção de dados. O estudo de caso é um método de investigação que pode ser qualitativo ou quantitativo, o qual pode ter como objeto de estudo um caso isolado ou múltiplos casos, podendo também abarcar grupos, organizações ou programas (Meirinhos e Osório, 2010). A maioria dos estudos são bibliográficos ou documentais, que são modelos de pesquisa que são bastante utilizados em pesquisas exploratórias ou quando não se tem a possibilidade de se aproximar do objeto de estudo (Godoy, 1995; Lima e Miotto, 2007), o que pode nos indicar que a escolha do delineamento em questão se deva pelo fato de as discussões sobre a invisibilidade social dos refugiados no meio acadêmico serem um tanto recentes. Faz-se imprescindível que mais pesquisas possam ser feitas afim de que os próximos estudos possam aprofundar a partir das descobertas já feitas, e não somente em caráter introdutório na relação entre invisibilidade social e refugiados.

Sobre os instrumentos, nossa quinta dimensão de análise, foi detectado que Ahlert e Almeida (2016), Amon e Todrys (2009), Everingham (2002), utilizaram registros institucionais em suas pesquisas, Tonus (2018) registros literários, Santos et al. (2018) registros de jornais e Empinotti (2017) registros fotográficos. Santinho (2013) utilizou a pesquisa etnográfica, observação e entrevistas. Martins-Borges (2013) também utiliza da observação. Martins-Borges et al. (2015) fazem uso de um grupo de acolhimento. Pesquisas que utilizam instrumentos como a etnografia, têm maior possibilidade de se aproximar do objeto ou fenômeno a ser estudado a partir de uma perspectiva mais próxima da realidade daquele grupo, como explicam Sato e Souza (2001). Entrevistas e observações também permitem essa maior proximidade com os sujeitos, possibilitando dados mais representativos daquele grupo.

Acerca da sexta dimensão de análise, os objetivos, temos que Empinotti (2017) e Santos et al. (2018) possuem objetivos parecidos, que são analisar como os refugiados são retratados nos jornais europeus (portugueses e britânicos, respectivamente). Tonus (2018) analisa a forma que esse grupo é representado na literatura brasileira contemporânea. Ahlert e Almeida (2016) busca com seu trabalho analisar as condições dos refugiados à luz dos Direitos Humanos e Santinho (2013) almejou demonstrar as discrepâncias entre as leis que protegem os refugiados em Portugal e a realidade da vida que levam no país. Vê-se, aqui, uma preocupação dos autores com a visibilidade dos refugiados, mais exatamente com o modo como essa visibilização tem se dado nas mídias. Representações na mídia que reforcem estigmas podem, ao invés de trazer visibilidade aos refugiados e suas demandas, pode reforçar a invisibilidade social em que já estão colocados. Como já explorado anteriormente, o preconceito pode ser um fator que contribui para a invisibilização do sujeito (Soares et al., 2005; Tomás, 2008).

Everingham (2002), no entanto, objetiva analisar o modo como as disputas de terra dificultaram solução de conflitos e limitaram a cidadania democrática na Guatemala e na África do Sul. Já Corrêa et al. (2015) tem por objetivo questionar a delimitação do conceito de refugiado e apresentar o conceito de migração por sobrevivência. Da área da saúde, temos o trabalho de Amon e Todrys (2009) cujo objetivo era examinar o acesso dos refugiados à terapia antirretroviral na África do Sul e na Tailândia. Também há o trabalho de Martins-Borges (2013) que objetivou apresentar as observações feitas no Serviço de Atendimento Psicológico Especializado aos Imigrantes e Refugiados (Sapsir). Martins-Borges et al. (2015) em seu trabalho pretendiam apresentar as observações realizadas nas atividades da Clínica Intercultural. Apenas 2 dos 10 trabalhos que constituem o *corpus* de análise se preocuparam com a saúde mental dos sujeitos refugiados em seus trabalhos, ressaltando a importância de que essas pessoas tenham acesso à escuta qualificada e cuidados com sua saúde não só física, mas também mental. Martins-Borges (2013) e Martins-Borges et al. (2015) expõem em seus estudos

o quão necessário se faz o acompanhamento psicológico nesse momento de transições tão bruscas que os refugiados passam. É imprescindível que surjam mais estudos que abordem questões de saúde mental dos refugiados, especialmente no Brasil, visto que das duas referências que abordam a saúde mental dos refugiados, uma delas se passa no exterior.

A sétima e última dimensão de análise, principais resultados, nos mostra que Ahlert e Almeida (2016) verificaram com seu trabalho que a inclusão das pessoas refugiadas no Brasil tem progredido, entretanto, é necessária constante avaliação e fomentação de políticas públicas que assistam esse público. Tonus (2018) identifica que não existem na literatura brasileira contemporânea muitas obras que falem da experiência dos refugiados, havendo um silenciamento do tema na literatura nacional. Santinho (2013) compreende que, apesar de existirem leis que salvaguardam os direitos dos solicitantes de asilo, é necessário que se reformule políticas públicas de assistência aos refugiados, bem como garantir o reconhecimento destes enquanto cidadãos. Empinotti (2017) destacou em seus achados que existem alguns padrões na retratação dos refugiados nas fotografias veiculadas em jornais (situações de subordinação, por exemplo), mas também há casos que fogem dos padrões.

Amon e Todrys (2009) observam que tanto na Tailândia como na África do Sul os refugiados não são tratados como recomenda os documentos que asseguram os direitos da pessoa refugiada. Muitos deles não têm acesso aos tratamentos antirretrovirais por não possuírem documentos. Em sua pesquisa, Everingham (2002) aponta que as classes mais privilegiadas no pós-guerra guatemalteco e no pós-apartheid sul-africano lutaram para preservar seus bens contra a restituição e redistribuição de terras. Por sua vez, Corrêa et al. (2015) expõem que os regimes atuais de proteção ao refugiado são ineficazes ao tentarem amparar todos os fluxos de migração forçada existentes. Santos et al. (2018) mostram que as matérias dos jornais britânicos analisados muitas vezes contém termos como “ilegais” e “estrangeiros” ao invés de refugiados, além de utilizarem “migrantes” ou “imigrantes” ao invés

de refugiados. Martins-Borges (2013) em sua pesquisa percebe que os refugiados procuram a clínica após momentos de crise desencadeadas por mudanças no contexto familiar ou problemas de saúde. Muitos não procuram a clínica psicoógica por pensarem que não precisam e outros procuraram acolhimento e escuta em contextos religiosos, não recorrendo à clínica psicológica. O estudo mostrou a necessidade de pensar em serviços que possam acolher os refugiados e cuidar de sua saúde mental. Martins-Borges et al. (2015) observaram que a clínica psicológica intercultural tem a função de auxiliar no enfrentamento das dificuldades cotidianas e no enfrentamento de traumas, medos e inseguranças, além de ser espaço de formação para profissionais da Psicologia.

Através da análise das referências encontradas, pode-se perceber que a invisibilidade social dos refugiados é um fenômeno ainda pouco explorado. Poucos são os trabalhos que, ao se proporem a falar sobre o tema, conceituando o que seria compreendido como invisibilidade social, vulnerabilidade e discriminação, nesse sentido, esclarecer os conceitos para que se tenha maior domínio sobre o que se fala se faz necessário - para poder agir, o que implica também na possibilidade de visibilização das classes invisibilizadas, como os refugiados.

Em “Psicologia das Massas e a Análise do Eu” (Freud, 1921), Freud demonstra que a psicologia social e a psicologia “individual” são interligadas, pois não é possível pensar no sujeito separado de seu contexto, que também o constitui. Assim sendo, se enquanto coletividade não nomeamos e estabelecemos com clareza do que se trata a invisibilidade social e se não dialogarmos sobre as questões dos refugiados, seus direitos e as violências que sofrem nas terras onde solicitam refúgio, a invisibilização desse grupo tenderá a se repetir incontáveis vezes até que possamos tomar consciência do problema e “elaborá-lo”, podendo buscar soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os artigos encontradas a partir das buscas realizadas nas plataformas SciELO, LILACS e PePSIC, são de periódicos das ciências humanas, ciências sociais, Psicologia e periódicos interdisciplinares, sendo apenas Martins-Borges (2013) e Martins-Borges et al. (2015) da área da Psicologia. Todos os trabalhos encontrados têm como características o fato de serem qualitativos. Em relação ao delineamento, são, em sua maioria, pesquisas bibliográficas e documentais. Quanto aos objetivos, há dentre os trabalhos encontrados, aqueles cujos objetivos são analisar a representação dos refugiados na mídia e o papel desses canais de comunicação na propagação de estigmas e no reforço da invisibilidade social dos refugiados. Apenas dois trabalhos se preocuparam com a saúde mental do sujeito refugiado, dado preocupante, visto que estando fora do seu país de origem, muitas mudanças acontecem em suas vidas, necessitando cuidados. A partir dos achados na revisão, percebe-se que a saúde mental do refugiado também é invisível, no sentido de que a comunidade científico-acadêmica não tem dialogado muito sobre a questão.

Sugere-se que, para que futuramente a pesquisa em invisibilidade social dos refugiados possa ser melhor desenvolvida, mais estudos sobre a situação da pessoa refugiada no Brasil sejam feitos. Apenas Tonus (2018), Ahlert e Almeida (2016), Martins-Borges et al. (2015) e Corrêa et al. (2015), possuem pesquisas voltadas para o contexto brasileiro. Das duas pesquisas sobre a saúde mental dos sujeitos refugiados, apenas Martins-Borges et al. (2015) tem como o cenário de sua pesquisa o Brasil. É imprescindível que mais estudos dentro da Psicologia em território brasileiro sejam realizados. As pesquisas em outros países são importantes para que tenhamos dimensão e possamos entender um pouco mais sobre a invisibilidade social vivenciada pelos refugiados, entretanto, um estudo que leve em conta as nuances culturais e sociais do nosso país com a perspectiva da Psicologia viria a agregar e contribuir com as pesquisas sobre o tema no Brasil. Para além disso, sugere-se também que as próximas

publicações optem por delineamentos que variem da pesquisa documental ou bibliográfica, buscando, também, amostras compostas pelos próprios sujeitos refugiados, aproximando mais o pesquisador do seu objeto de estudo.

Faz-se necessário expor que o presente trabalho apresenta algumas limitações a utilização de bases de dados unicamente da área de psicologia e da saúde. Apesar dos fatores que limitaram o estudo, espera-se, a partir dele, provocar a comunidade acadêmica e estimular mais pesquisas em torno do objeto do estudo em questão.

REFERÊNCIAS

- Ahlert, M., Almeida, A. (2016). A inclusão social das pessoas na condição de refugiado no Brasil à luz dos direitos humanos. *Barbarói*, ed. especial (47), 09-21. Recuperado em 7 de julho de 2019, de <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i47.9574>.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2016). “*Refugiados e “Migrantes”*”: Perguntas Frequentes. Recuperado em 6 de fevereiro de 2019, de <https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes>.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2018). *Protegendo refugiados no Brasil e no mundo*. Brasília, DF: Autor. Recuperado em 6 de fevereiro de 2019, de https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_2018.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2018/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_2018.
- Amon, J., Todrys, K. (2009). Acesso de populações migrantes a tratamento antirretroviral no sul global. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 6(10), 162-187. Recuperado em 7 de julho de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/cint/v24n1/v24n1a04.pdf>.
- Arendt, H. (2013). *Nós, os Refugiados* (R.Santos trad.). Covilhã, Portugal: Lusofia. Recuperado em 16 de fevereiro de 2019, de www.lusosofia.net/textos/20131214-hannaharendt_nos_os_refugiados.pdf.
- Athayde, C., Bill, MV., Soares, L. E. (2005). Invisibilidade e reconhecimento. In: Athayde, C. Mill, MV., Soares, L. E. (2005). *Cabeça de Porco* (161-188). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Bourdin, J. C. (2010). La invisibilidade social como violência. *Universitas Philosophica*, 27(54), 15-33. Recuperado em 23 de fevereiro de 2019, de <http://www.scielo.org.co/pdf/unph/v27n54/v27n54a02.pdf>.
- Casella, P. B. (1984). Refugiados. *Revista de Informação Legislativa*, 21(84), 251-260. Recuperado em 13 de junho de 2019, de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181584/000414209.pdf?sequence=3>.
- Celeguim, C. R. J., Roesler, H. M. K. N. (2009). A invisibilidade social no âmbito do trabalho. *Revista Interação*, 3(1), 13-26. Recuperado em 1 de junho de 2019, de https://vemprefam.com.br/wp-content/uploads/2016/11/2_A-Invisibilidade-Social-no-ambiente-de-trabalho.pdf.
- Claro, C. A. B. (2015). Migrantes, refugiados e “refugiados ambientais”: a emergência dos “refugiados ambientais” como uma “nova” categoria de migrantes no direito internacional. In: Claro, C. A. B. (2015). *A Proteção dos “Refugiados Ambientais” no Direito Internacional* (41-85). Recuperado em 7 de fevereiro de 2019, de www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/.../Tese_Carolina_de_Abreu_Batista_Claro.pdf.
- Corrêa, M. A. S., Nepomuceno, R. B., Mattos, W. H. C., Miranda, C. (2015). Migração por sobrevivência: soluções brasileiras. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 23(44), 221-236. Recuperado em 7 de julho de 2019, de www.scielo.br/pdf/remhu/v23n44/1980-8585-REMHU-23-44-221.pdf.
- Costa, F. B. (2004). *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.

- Empinotti, M. L. (2017). Discriminação no discurso: análise da representação de refugiados no Público através da gramática visual de Kress e Van Leeuwen. *Media&Jornalismo*, 95-116. Recuperado em 7 de julho de 2019, de <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/3789>.
- Ercole, F. F., Melo, L. S., Alcoforado, C. L. G. C. (2014). Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática [Editorial]. *Revista Mineira de Enfermagem*, 18(1), 9-11. Recuperado em 17 de fevereiro de 2019, de <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>.
- Everingham, M. (2002). Direitos de Propriedade e Cidadania em Sociedades Pós-Conflito: Uma Comparação entre Guatemala e África do Sul. *Contexto Internacional*, 24(1), 167-198. Recuperado em 7 de julho de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/cint/v24n1/v24n1a04.pdf>.
- Ferreira, W. B. (2008). Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa como deficiência. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 6(2), 120-136. Recuperado em 22 de julho de 2019, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55160210>.
- Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do ego. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 18, 89-179. Rio de Janeiro: Imago.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista Administração de Empresas*, 35(3), 20-29. Recuperado em 16 de julho de 2019, de bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38200.
- Gomarasca, P. (2017). Direito de excluir ou dever de acolher? A migração forçada como questão ética. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 25(50), 11-24. Recuperado em 6 de fevereiro de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v25n50/1980-8585-remhu-25-50-011.pdf>.
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social: um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67. Recuperado em 11 de outubro de 2018, de <https://bdpi.usp.br/item/001024248>.
- Günther, H. (2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210. Recuperado em 30 de abril de 2019, de www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf.
- Honneth, A. (2004). Visibilité et invisibilité. Sur l'épistémologie de la "reconnaissance". *Revue du Mauss*, 23(1), 137-151. Recuperado em 9 de junho de 2019, de <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2004-1-page-137.htm>.
- Kemper, M. L. C. (2013). Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social. *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, 35(29), 105-125. Recuperado em 11 de outubro de 2018, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v35n29/a07.pdf>.
- Lima, T. C. S., Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, 10(n. esp.), 37-45. Recuperado em 1 de maio de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>.

- Maharaj, B. (2001). Economic refugees in post-apartheid South Africa – Assets or liabilities? Implications for progressive migration policies. *GeoJournal*, 55, 47-57. Recuperado em 12 de junho de 2019, de <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1021756902951>.
- Martins-Borges, L. (2013). Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(40), 151-162. Recuperado em 6 de fevereiro de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v21n40/09.pdf>.
- Martins-Borges, L., Jibrin, M., Barros, A. F. O. (2015). Clínica intercultural: a escuta da diferença. *Contextos Clínicos*, 8(2), 186-192. Recuperado em 9 de julho de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v8n2/v8n2a08.pdf>.
- Meirinhos, M., Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER*, 2(2), 49-65. Recuperado em 16 de julho de 2019, de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3961/1/O%20estudo%20de%20caso%20como%20estrat%C3%A9gia%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-764. Recuperado em 17 de fevereiro de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>.
- Michaelis (2019). *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Recuperado em 3 de junho de 2019, de <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>.
- Nardone, M., Correa-Velez, I. (2015). Unpredictability, invisibility and vulnerability: Unaccompanied asylum-seeking minors' journeys to Australia. *Journal of Refugee Studies*, 29(3), 295-314. Recuperado em 22 de julho, de <https://eprints.qut.edu.au/91525/>.
- Observatoire National de la Pauvreté et de L'exclusion Sociale. (2016). De l'invisibilité sociale à l'invisibilité sociétale: une revue de la littérature. In: Observatoire National de la Pauvreté et de L'exclusion Sociale. (2016). *L'Invisibilité Sociale: une responsabilité collective*, 11-42. Paris, França: Autor.
- Santinho, M. C. (2011). *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. Recuperado em 12 de outubro de 2018, de <http://hdl.handle.net/10071/3512>.
- Santinho, M. C. (2013). Afinal, que asilo é este que não nos protege?. *Etnográfica*, 17(1), 5-29. Recuperado em 30 de setembro de 2018, de <https://journals.openedition.org/etnografica/2522>.
- Santos, R., Roque, S., Santos, S. J. (2018). De-securitising 'the South in the North'? Gendered Narratives on the Refugee Flows in the European Mediascape. *Contexto Internacional*, 40(3), 453-477. Recuperado em 7 de julho de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/cint/v40n3/0102-8529-cint-2018400300453.pdf>.
- Sassen, S. (1996, ahead of print). Losing Control?: Sovereignty in an Age of Globalization. *Columbia University Press*. Recuperado em 12 de junho de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/30529999_Losing_Control_Sovereignty_in_an_Age_of_Globalization.

- Sato, L., Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo Para Desvelar a Complexidade do Cotidiano Através da Pesquisa Etnográfica em Psicologia. *Psicologia USP*, 12(2), 29-47. Recuperado em 24 de julho de 2019, de <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/63371/66114>.
- Schwartz, B. (1968). The Social Psychology of Privacy. *American Journal of Sociology*, 73(6), 741-752. Recuperado 7 de junho de 2019, de <https://www.researchgate.net/publication/17491080>.
- Souza, M. T., Silva, M. D., Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102-106. Recuperado em 16 de fevereiro de 2019, de http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf.
- Tomás, J. (2009). A invisibilidade social: uma análise hermenêutica. In: *Congresso Internacional de Comunicação, Cognição e Media*, 1507-1516. Braga: Universidade Católica.
- Tomás, J. (2008). A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica. In: *VI Congresso Português de Sociologia*. Recuperado em 11 de outubro de 2018, de <http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/285.pdf>.
- Tonus, L. (2018). Migrantes e refugiados: à (a) espera de uma narrativa? *Letras de Hoje*, 53(4), 476-483. Recuperado em 7 de julho de 2019, de <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2018.4.33009>.